



ENTRONCAMENTO



cidade

ferroviária

## VI - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



## **6. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**

### **6.1. Demonstrações Financeiras**

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS			
Nº	DESIGNAÇÃO	SNC-AP	Doc. TC
6.1	<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>		
6.1.1	Balanço	NCP1	A1
6.1.2	Demonstração de resultados por natureza	NCP1	A1
6.1.3	Demonstração das alterações no património líquido	NCP1	A1
6.1.4	Demonstração de fluxos de caixa	NCP1	A1
6.1.5	Anexo às demonstrações Financeiras	NCP1	A1
	Anexo I – Caracterização da entidade	NCP1	D4
	Anexo II – Custo com empréstimos obtidos	NCP1	A1
6.2	<b>DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS</b>		
6.2.1	Demonstração do desempenho orçamental	NCP26	A1
6.2.2	Demonstração de execução orçamental da receita	NCP26	A1
6.2.3	Demonstração de execução orçamental da despesa	NCP26	A1
6.2.4	Demonstração de execução das GOP	NCP26	A1
6.2.5	Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimento (PPI)	NCP26	A1
6.2.6	Demonstração de Execução das Atividades Mais Relevantes (AMR)	NCP26	A1
6.2.7	Anexo às Demonstrações Orçamentais		
6.2.7.1	Alterações orçamentais da receita	NCP26	A1
6.2.7.2	Alterações orçamentais da despesa	NCP26	A1
6.2.7.3	Alterações ao PPI	NCP26	A1
6.2.7.4	Resumo Alterações Orçamentais da Receita – por rubrica agregadora	NCP26	A1
6.2.7.5	Resumo Alterações Orçamentais da Despesa – por rubrica agregadora	NCP26	A1
6.2.7.6	Resumo Alterações Orçamentais ao PPI	NCP26	A1
6.2.7.7	Operações de tesouraria	NCP26	A1
6.2.7.8	Contratação administrativa – Situação dos contratos	NCP26	A1
6.2.7.9	Transferências e subsídios - receita	NCP26	A1
6.2.7.10	Transferências e subsídios - despesa	NCP26	A1



### 6.1.1. Balanço

**MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO**

**Balço em 31 de Dezembro de 2023**

Valores em €

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2023	31/12/2022
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	76 038 853,53	69 784 764,58
Propriedades de investimento	8	1 444 337,89	1 478 451,75
Ativos intangíveis	3	125 252,86	132 306,95
Ativos biológicos			
Participações financeiras	20	822 324,71	683 389,43
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Cientes, contribuintes e utentes			
Outras contas a receber			
		<b>78 430 768,99</b>	<b>72 078 912,71</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	10	175 017,33	168 596,55
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	23.1	487 320,87	984 998,91
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Cientes, contribuintes e utentes	9	528 367,49	554 150,96
Estado e outros entes públicos	23.2		308 336,25
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	23.3	5 240 484,97	5 490 314,84
Diferimentos			
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	1	5 517 985,30	3 494 364,86
		<b>11 949 175,96</b>	<b>11 000 762,37</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>90 379 944,95</b>	<b>83 079 675,08</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património/Capital	23.5	16 180 287,46	16 180 287,46
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas	23.5	858 497,77	798 096,31
Resultados transitados	23.5	23 652 328,61	22 515 629,87
Ajustamentos em ativos financeiros		482 060,18	361 014,76
Excedentes de revalorização			
Outras variações no Património Líquido	23.5	36 186 642,86	30 314 608,61
Resultado líquido do período	23.5	424 774,42	1 208 029,26
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
<b>Total do Património Líquido</b>		<b>77 784 591,30</b>	<b>71 377 666,27</b>

**MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO**

**Balanço em 31 de Dezembro de 2023**

Valores em €

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2023	31/12/2022
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	15	172 605,00	40 001,00
Financiamentos obtidos	7	4 731 338,78	5 382 255,03
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos	23.4	1 700 966,07	210 157,36
Passivos por impostos diferidos			
Fornecedores			
Outras contas a pagar			
		<b>6 604 909,85</b>	<b>5 632 413,39</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	23.3	33 525,00	1 125,00
Fornecedores	23.3	450 737,33	722 948,17
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos	23.2	103 145,99	71 481,92
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos	7	831 083,14	913 468,58
Fornecedores de investimentos	23.3	301 135,34	276 413,19
Outras contas a pagar	23.3	1 855 996,83	1 769 703,35
Diferimentos	23.4	2 414 820,17	2 314 455,21
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		<b>5 990 443,80</b>	<b>6 069 595,42</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>12 595 353,65</b>	<b>11 702 008,81</b>
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>		<b>90 379 944,95</b>	<b>83 079 675,08</b>



### 6.1.2. Demonstração de resultados por natureza

**MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO**

**Demonstração de resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2023**

Valores em €

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2023	31/12/2022
Impostos, contribuições e taxas	14/23.6	5 754 647,59	5 779 430,12
Vendas	13/23.6	1 765 817,86	1 471 366,20
Prestações de serviços e concessões	13/23.6	2 568 495,43	1 851 455,76
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empre		17 889,86	-33 874,67
Transferências e subsídios correntes obtidos	14/23.6	7 641 138,32	6 742 304,08
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários tr	10/23.7	-1 105 327,55	-1 145 657,77
Fornecimentos e serviços externos	23.7	-5 082 936,57	-4 253 801,31
Gastos com pessoal	19/23.7	-7 348 451,08	-6 263 085,22
Transferências e subsídios concedidos	23.7	-1 233 605,97	-951 269,05
Prestações sociais			
Imparidade de inventarios e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9/23.7	-24 582,08	10 592,79
Provisões (aumentos/reduções)		-132 604,00	
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	13/14/236	2 168 252,22	1 772 475,95
Outros gastos	23.7	-733 169,03	-705 466,22
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>4 255 565,00</b>	<b>4 274 470,66</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5/8	-3 620 762,48	-3 003 265,65
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>634 802,52</b>	<b>1 271 205,01</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	13/23.6	34 582,96	46 522,16
Juros e gastos similares suportados	7/23.7	-244 611,06	-109 697,91
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>424 774,42</b>	<b>1 208 029,26</b>
Imposto sobre o rendimento			
<b>Resultado liquido do período</b>		<b>424 774,42</b>	<b>1 208 029,26</b>
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam		424 774,42	1 208 029,26

### **6.1.3. Demonstração das alterações ao património líquido**

## MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Ano: 2023

Descrição	Notas	Capital / Património Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrum. de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajusta- mentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Reva- lorização	Outras Variações Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
Posição no início do período	(1)	16 180 287,46	0,00	0,00	0,00	798 096,31	22 515 629,87	361 014,76	0,00	30 314 608,61	1 208 029,26	71 377 666,27	0,00	71 377 666,27
<b>Alterações no período</b>														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 427 869,74	0,00	1 427 869,74	0,00	1 427 869,74
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 208 029,26	0,00	0,00	4 444 164,51	-1 208 029,26	4 444 164,51	0,00	4 444 164,51
	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 208 029,26	0,00	0,00	5 872 034,25	-1 208 029,26	5 872 034,25	0,00	5 872 034,25
<b>Resultado Líquido do Período</b>	(3)	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>424 774,42</b>	<b>424 774,42</b>	<b>0,00</b>	<b>424 774,42</b>
<b>Resultado Integral</b>	(4)=(2)+(3)										<b>-783 254,84</b>	<b>6 296 808,67</b>	<b>0,00</b>	<b>6 296 808,67</b>
<b>Operações com detentores de capital no período</b>														
Realizações de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	60 401,46	-71 330,52	121 045,42	0,00	0,00	0,00	110 116,36	0,00	110 116,36
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	60 401,46	-71 330,52	121 045,42	0,00	0,00	0,00	110 116,36	0,00	110 116,36
<b>Posição fim período</b>	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	<b>16 180 287,46</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>858 497,77</b>	<b>23 652 328,61</b>	<b>482 060,18</b>	<b>0,00</b>	<b>36 186 642,86</b>	<b>424 774,42</b>	<b>77 784 591,30</b>	<b>0,00</b>	<b>77 784 591,30</b>



#### **6.1.4. Demonstração de fluxos de caixa**

# MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

**Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2023**

Valores em €

Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2023	31/12/2022
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		3 631 619,65	3 392 874,19
Recebimentos de contribuintes		5 182 251,34	4 983 877,19
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		7 594 540,36	6 689 438,28
Recebimentos de utentes			30 818,91
Pagamentos a fornecedores		-6 177 172,88	-5 349 706,08
Pagamentos ao pessoal		-4 563 147,96	-3 824 235,23
Pagamentos a contribuintes / Utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-833 548,61	-622 401,66
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		4 834 541,90	5 300 665,60
Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Pagamento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos		1 957 589,09	680 243,66
Outros pagamentos		-4 740 787,31	-5 120 485,10
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		2 051 343,68	860 424,16
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-1 256 579,28	-1 499 360,16
Ativos intangíveis		-63 679,81	-35 551,67
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		20 792,14	12 576,08
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento		433 004,67	337 933,43
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		1 288 308,26	671 499,78
Transferências de capital		443 377,00	647 977,76
Juros e rendimentos similares			
Dividendos		4 453,37	7 923,16
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		869 676,35	142 998,38
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		727 140,74	1 470 460,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-1 420 219,81	-1 451 982,89
Juros e gastos similares		-204 320,52	-80 804,04
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-897 399,59	-62 326,93
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</b>		2 023 620,44	941 095,61
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		3 494 364,86	2 553 269,25
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		5 517 985,30	3 494 364,86
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		3 494 364,86	2 553 269,25
- Equivalentes a caixa no início do período		-975 577,95	-970 050,20
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		975 577,95	970 050,20
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		3 494 364,86	2 553 269,25
De execução orçamental		2 904 139,63	2 002 228,42

**MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO****Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2023****Valores em €**

<b>Rubricas</b>	<b>Notas</b>	<b>Períodos</b>	
		<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
De operações de tesouraria		590 225,23	551 040,83
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>5 517 985,30</b>	<b>3 494 364,86</b>
- Equivalentes a caixa no fim do período		-1 800 939,32	-975 577,95
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		1 800 939,32	975 577,95
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		5 517 985,30	3 494 364,86
De execução orçamental		4 940 461,76	2 904 139,63
De operações de tesouraria		577 523,54	590 225,23



### **6.1.5. Anexo às demonstrações financeiras**

## Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

### 1.1. Identificação da Entidade

A informação relativa à entidade, o período de relato e o referencial contabilístico adotado na preparação das demonstrações financeiras encontra-se no ANEXO I e o organograma no ponto 2.3. do presente relatório.

### 1.2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

#### a) Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras são relativas ao ano de 2023 e foi aplicado o referencial contabilístico SNC-AP sem exceções ou derrogações.

De referir que as notas não indicadas neste anexo não são aplicáveis ao Município do Entroncamento nem significativas para a compreensão das demonstrações financeiras em análise.

#### b) Comparabilidade

Atendendo a que a implementação do SNC-AP ocorreu no ano de 2020, quer as contas do balanço, quer as contas da demonstração de resultados, são comparáveis com o ano anterior (2022), com exceção das seguintes exceções que serão desenvolvidas nas respetivas Notas:

- Em 2023, atendendo ao disposto na NCP4, foi efetuado o tratamento contabilístico do contrato de concessão com a E-Redes nas redes de distribuição de eletricidade de baixa tensão. Este tratamento envolveu o registo de elevados montantes que afetaram diversas áreas, nomeadamente, Ativos fixos tangíveis, Diferimentos não correntes, Outras variações no Património líquido, Depreciações do exercício, Rendimentos de concessões e Outros rendimentos.

Remete-se a leitura para a nota 4 para uma melhor perceção;

#### c) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

**Quadro 1 – Desagregação de caixa e depósitos**

Conta	2023	2022
Caixa	13 257,73	10 454,11
<b>Depósitos à ordem</b>		
Depósitos bancários à ordem	3 703 788,25	2 508 332,80
<b>Outros depósitos</b>		
Depósitos a prazo		
Depósitos consignados	1 800 939,32	975 577,95
<b>Total</b>	<b>5 517 985,30</b>	<b>3 494 364,86</b>

## **Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

### **2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

#### **Ativos fixos tangíveis**

Todos os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo de aquisição, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzido das depreciações e das eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os gastos com a conservação e manutenção que não aumentem a vida útil nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico, na data da alienação ou abate, e são registadas na Demonstração dos resultados por natureza nas rubricas de outros rendimentos ou outros gastos.

Uma propriedade de investimento é reconhecida como ativo, quando fluirão para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados à propriedade de investimento e o custo ou o justo valor da propriedade de investimento puder ser mensurado com fiabilidade. As propriedades de investimento encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo custo de aquisição deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

#### **Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis são registados ao custo acrescido dos dispêndios diretamente atribuíveis deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

#### **Participações financeiras**

Também as participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo. O aumento verificado de 2022 para 2023 refere-se à participação na RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M, S.A. De acordo com a NCP 23 foi utilizado o Método de Equivalência Patrimonial, como método simplificado de consolidação. Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento numa associada ou num empreendimento conjunto é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora.

**Depreciações e amortizações**

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, utilizando o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerando a vida útil de referência que consta no CC2. As amortizações são feitas por duodécimos.

**Inventários**

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

**Contas a receber**

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

**Disponibilidades**

As disponibilidades estão expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

**Contas a pagar**

As contas a pagar aos fornecedores e outras entidades são mensuradas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

**Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**

De acordo com a NCP 15, o Município só reconhece provisões quando as mesmas sejam fiavelmente mensuráveis e a probabilidade de ocorrerem exfluxos de meios líquidos seja superior à probabilidade de não existirem.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que haja a possibilidade de existir um exfluxo de recursos e que esta não seja remota.

Os passivos contingentes são avaliados em cada data de relato para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

**Financiamentos Obtidos (empréstimos)**

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Encontra-se efetuada a adequada reflexão na estrutura do Balanço, nas respetivas naturezas da dívida. O valor a amortizar no período de 1 ano está refletido em passivo corrente e o restante valor está refletido em passivo não corrente.

**Regime do acréscimo ou da periodização económica**

Contabilisticamente, as transações e outros acontecimentos são reconhecidos nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam, quando ocorrem os eventos económicos, independentemente do momento em que ocorre o recebimento ou pagamento, cumprindo-se o princípio do acréscimo previsto na NCP1.

No ano de 2023, dando continuidade ao já efetuado em POCAL, foram efetuados os movimentos contabilísticos necessários à especialização do exercício, quer de gastos, quer de rendimentos.

Impostos e taxas imputados ao período (2720):

IRS - valor previsto na proposta de orçamento de Estado de 2024;

IMI - Imposto municipal de imóveis – estimativa com base no valor recebido em 2023;

Derrama – valor previsto no orçamento municipal para 2024 (média dos últimos 24 meses).

Devedores por acréscimos de rendimentos (2721):

Outros acréscimos de rendimentos – valores processados em 2023 a receber em 2024.

Credores por acréscimos de gastos (2722):

Estimativas de férias e subsídio de férias que em 31 de dezembro os trabalhadores já tinham direito a receber mas cujo processamento e pagamento apenas se verificará no período seguinte (valores apurados de acordo com os vencimentos de 2023);

Rendimentos a reconhecer (282 e 593):

Subsídios para investimento – Valor das importâncias solicitadas nos pedidos de pagamento, ajustadas aquando dos recebimentos e reconhecidas em rendimentos do exercício ao mesmo ritmo dos bens que financiaram;

Transferências de Capital provenientes do Orçamento de Estado (Fundo de equilíbrio financeiro e art. 35.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro);

Outros rendimentos do período que devem ser reconhecidos como rendimento no período seguinte.

**Benefícios de empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais previstas por Lei.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.



**2.2. Outras políticas contabilísticas relevantes;**

Não aplicável

**2.3. Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras;**

Não aplicável

**2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte);**

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações. Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras anexas.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetam o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados nas demonstrações financeiras do período. Se foram materialmente relevantes são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

Relativamente ao futuro mantem-se um cenário de incerteza face à situação da invasão da Ucrânia por parte da Rússia e a guerra entre Israel e o grupo islamita Hamas.

**2.5. Quando a aplicação inicial de uma NCP tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros;**

Em 2023 todas as NCP foram aplicadas sem exceção e registados os correspondentes efeitos.

**2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte);**

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, a única estimativa utilizada foi a estimativa de férias e subsídio de férias associados aos empregados e a estimativa dos impostos IMI, Derrama e IRS.

**Nota 3 - Ativos intangíveis**

**3.1. Uma entidade deve divulgar o seguinte para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:**

**a) As vidas úteis ou taxas de amortização usadas**

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos. Foram mantidas as taxas de depreciação do referencial anterior que não diferem substancialmente do Classificador Complementar.

**b) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:**

Os ativos intangíveis encontram-se registados pelo método do custo deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

**(c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no final do período:**

Em 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes.

**Quadro 3.1 – Ativos Intangíveis - Variação das Amortizações e Perdas por Imparidades Acumuladas**

RUBRICAS (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (2)	Amortizações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5) = (1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (6)	Amortizações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9) = (6)-(7)-(8)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	173 672,30	111 782,85	0,00	61 889,45	201 800,44	146 965,08	0,00	54 835,36
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	925 288,76	925 288,76	0,00	0,00	925 288,76	925 288,76	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	70 417,50	0,00	0,00	70 417,50	70 417,50	0,00	0,00	70 417,50
<b>TOTAL</b>	<b>1 169 378,56</b>	<b>1 037 071,61</b>	<b>0,00</b>	<b>132 306,95</b>	<b>1 197 506,70</b>	<b>1 072 253,84</b>	<b>0,00</b>	<b>125 252,86</b>

**Quadro 3.2 - Ativos Intangíveis - Quantia Escriturada e Variações do Período**

RUBRICAS (1)	Quantia Escriturada Inicial (2)	Variações								Quantia Escriturada Final (11) = (2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
		Adições (3)	Transf. Internas (4)	Revaloriz. (5)	Reversões e Perdas (6)	Perdas por Imparidade (7)	Amortiz. Período (8)	Dif. Cambiais (9)	Diminuições (10)	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	61 889,45	63 679,81	0,00	0,00	0,00	0,00	-35 182,23	0,00	-35 551,67	54 835,36
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	70 417,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70 417,50
<b>TOTAL</b>	<b>132 306,95</b>	<b>63 679,81</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-35 182,23</b>	<b>0,00</b>	<b>-35 551,67</b>	<b>125 252,86</b>

Quadro 3.2-A - Ativos Intangíveis - Adições

RUBRICAS (1)	Adições										
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transf. Ou Troca (5)	Exprop. (6)	Doação (7)	Doação em Pagamento (8)	Locação Financ. (9)	Fusão (10)	Outras (11)	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	63 679,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63 679,81
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>63 679,81</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>63 679,81</b>

Quadro 3.2-B - Ativos Intangíveis - Diminuições

RUBRICAS (1)	Adições				
	Alienação a título oneroso (2)	Transferência ou troca (3)	Fusão, cisão, reestruturação (4)	Outras (5)	Total (6) = (2)+(3)+(4)+(5)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	-35 551,67	-35 551,67
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-35 551,67</b>	<b>-35 551,67</b>

**Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente**

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, há sim lugar a recebimentos.

Quadro 4.1 - Acordos de concessão de serviços

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Concessão da exploração do sistema municipal de distribuição em alta de água e de drenagem de águas residuais	AVT - Águas do Vale do Tejo	Reservatórios, Furos, Condutas, ETAR e Estações Elevatórias	34 Anos	-	-	-	-
Exploração da Rede de Fibra Ótica Municipal	Firts Rule. S. A.	Rede de Fibra Ótica Municipal	20 Anos	-	-	-	-
Concessão de Instalação, Exploração e Manutenção dos Lugares de Estacionamento Taxados na Via Pública Através de Parcometros	Tecnovia - Sociedade de Empreitadas SA	Espaço do Domínio Público	18 Anos	-	-	-	-
Concessão do Uso Privativo do Domínio Público para Concessão, Construção e Exploração de Crematório no Cemitério do Entroncamento	PLEASANTDEDICATIO N LDA	Terreno	30 Anos	-	-	-	-
Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão	E-Redes - Distribuição de Eletricidade, S.A.	Infraestruturas afetas ao serviço de eletricidade de baixa tensão	20 Anos	-	-	-	-

Situações que tiveram tratamento contabilístico em 2023 no âmbito da NCP4:

### E-Redes – Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão

Solicitados os dados à E-Redes, não foi possível obter dados referentes ao ano de 2023 de forma suficientemente detalhada.

De acordo com esta entidade a *informação está a ser preparada e será disponibilizada na “Área Reservada das Autarquias “após conclusão do processo de certificação das contas reguladas da E-REDES, previsivelmente até ao final do mês de maio do ano corrente.*

A informação obtida através do mapa de 2022 foi a seguinte:

Descrição	Valor aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Imobilizado em exploração</b>	<b>10 389 621,83</b>	<b>-7 802 696,18</b>	<b>2 586 925,65</b>
Chegadas aéreas	171 952,71	-134 975,84	36 976,87
Chegadas subterrâneas	1 306 979,93	-1 042 588,21	264 391,72
Contadores e acessórios	1 482 538,47	-1 177 041,29	305 497,18
Iluminação pública	1 409 102,01	-931 132,32	477 969,69
Postos Transformação e Seccionamento	2 837 077,63	-2 245 018,00	592 059,63
Redes aéreas	738 682,52	-493 480,46	245 202,06
Redes subterrâneas	2 443 288,56	-1 778 460,06	664 828,50
<b>Subsídios ao investimento</b>	<b>-3 134 289,46</b>	<b>2 223 492,33</b>	<b>-910 797,13</b>
Chegadas aéreas	-34 724,15	26 526,97	-8 197,18
Chegadas subterrâneas	-676 629,58	468 773,60	-207 855,98
Contadores e acessórios	-186 509,15	186 058,04	-451,11
Iluminação pública	-779 919,78	502 501,32	-277 418,46
Postos Transformação e Seccionamento	-555 919,34	409 902,44	-146 016,90
Redes aéreas	-140 232,65	86 150,35	-54 082,30
Redes subterrâneas	-760 354,81	543 579,61	-216 775,20
<b>Total</b>	<b>7 255 332,37</b>	<b>-5 579 203,85</b>	<b>1 676 128,52</b>

Atendendo a que a NCP4 prevê o registo dos bens em concessão no concedente, apesar de a informação prestada pela E-Redes não ser totalmente completa (não reportam o montante das depreciações do período), mas como envolve montantes expressivos, considerou-se como sendo relevante o seu registo tomando alguns pressupostos.

Analisada a concessão, á luz da NCP4 verifica-se que esta concessão é a do modelo de atribuição de um direito, ou seja, a de permitir, neste caso, à E-Redes explorar a distribuição de eletricidade de baixa tensão.

Este modelo, em termos muito simplificados, assenta na necessidade de registar no concedente (o município) os bens da concessão, incluindo os edificados pelo concessionário, tendo por contrapartida o registo de um passivo, o qual refletirá o valor líquido dos bens da concessão.

De referir, que numa eventual extinção ou resgate da concessão, é precisamente este montante, o valor líquido dos bens, que teria, tendencialmente, de ser pago pelo Município à concessionária (situação prevista no contrato de concessão).

Não informando a E-Redes o valor das depreciações do período, estimaram-se as mesmas, tendo por base os anos de vida útil reportados pela E-Redes.

Lógica similar foi aplicada aos subsídios ao investimento conexos.

Por fim é feito o reconhecimento na rubrica 72 de prestações de serviços do diferencial entre as depreciações e subsídios ao investimento, tornando estes registos neutros em termos de efeitos no resultado líquido do Município e permitindo que o valor da rubrica 2824 fique a refletir o valor líquido dos bens em 31/12/2023.

De seguida esquematiza-se a informação para facilitar a sua interpretação:

Descrição	Reconhecimento / Situação Inicial	Depreciações / Reconhecimento rendimentos do período	Outras Variações do período	Saldo Final
<b>Ativos Fixo Tangível</b>				
Valores Brutos	10 389 621,83			10 389 621,83
Depreciações acumuladas	-7 802 696,18	244 751,27		-8 047 447,45
<b>Subsídios ao Investimento (59)</b>				
Valores Brutos	-3 134 289,46			-3 134 289,46
Valores reconhecidos em rendimentos acumulados	2 223 492,33	-89 453,93		2 312 946,26
Valor Líquido dos Bens	1 676 128,52	155 297,33		1 520 831,19
<b>2824 - Passivo da Concessão</b>	<b>1 676 128,52</b>	<b>155 297,33</b>		<b>1 520 831,19</b>

Além dos montantes já referidos, o Município recebe e contabiliza as verbas no âmbito de rendas de concessão, que em 2023 ascenderam a 321.007,88 € e que são tratadas de acordo com a NCP13 – Rendimentos com contraprestação, tal como previsto no parágrafo 27 da NCP4.

## Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

### 5.1. Uma entidade deve divulgar, para cada classe de ativos fixos tangíveis reconhecida nas demonstrações financeiras:

#### a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido.

Nos eventuais casos de reconhecimento de bens em que não é possível determinar o seu custo histórico, os mesmos são valorizados por uma das seguintes formas:

- Valor atribuído, quando exista, pela ficha matricial constante no site da Administração Tributária (AT), sendo imputado 25% desse valor ao terreno, se existir (esta situação é admitida no próprio SNC-AP);
- Valor apurado por comissão de avaliação;
- Valor apurado de forma específica em eventuais casos muito específicos e devidamente justificados.

Na avaliação dos bens do domínio público (rede viária, rede de águas e rede de saneamento), concluído em 2022, foi utilizado o Valor Razoável (pelo método do custo).

A estimativa de um valor, pela sua própria natureza, não pode ser considerada como o resultado da aplicação de uma ciência exata e as conclusões obtidas, são em parte, subjetivas e dependem do juízo individual. Desta forma, está geralmente assumido o facto de que não existe uma fórmula standard de avaliação que seja indiscutível, e que o valor, calculado através da aplicação de método, será sempre um valor aproximado.

Dada a especificidade dos ativos objeto deste estudo, não existe um mercado ativo do qual seja possível aferir elementos sobre vendas ou transações recentes de bens de iguais características (método comparativo de mercado), nesse sentido foi utilizado o método do custo.

O método do custo baseia-se no pressuposto de que um comprador informado não pagaria pelo ativo mais do que o custo de produzir outro ativo em substituição do primeiro, com a mesma utilidade.

#### b) Métodos de depreciação usados:

A amortização é efetuada com base duodecimal pelo método das quotas constantes ou da linha reta.

#### c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada no CIBE para os bens adquiridos em anos anteriores, exceto os bens imóveis cuja vida útil foi atualizada utilizando as taxas constantes do Classificador Complementar.

Para os bens adquiridos após 2020 as taxas de depreciação usadas foram as constantes no Classificador Complementar.

Para os bens do domínio público (rede viária, rede de águas e rede de saneamento), objeto de estudo/avaliação, a vida útil remanescente resulta do número de anos que o avaliador estima que resta de vida útil, desde a data da avaliação até ao momento em que o ativo deixa de ser economicamente produtivo.

**d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período:**

Em 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.

**Quadro 5.1 - Ativos Fixos Tangíveis - Variação das Depreciações e Perdas por Imparidades Acumuladas**

RUBRICAS (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (2)	Depreciações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5) = (2)-(3)-(4)	Quantia Bruta (6)	Depreciações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7) (8)	Quantia escriturada (9) = (6)-(7)-(8)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	1 283 002,76	0,00	0,00	1 283 002,76	1 283 002,76	0,00	0,00	1 283 002,76
Edifícios e outras construções	2 797 652,38	1 574 051,04	0,00	1 223 601,34	2 934 027,22	1 691 489,45	0,00	1 242 537,77
Infraestruturas	44 925 563,29	18 485 213,96	0,00	26 440 349,33	56 845 671,36	28 376 709,89	0,00	28 468 961,47
Património histórico, artístico e cultural	34 878,53	4 584,41	0,00	30 294,12	34 878,53	4 584,41	0,00	30 294,12
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>49 041 096,96</b>	<b>20 063 849,41</b>	<b>0,00</b>	<b>28 977 247,55</b>	<b>61 097 579,87</b>	<b>30 072 783,75</b>	<b>0,00</b>	<b>31 024 796,12</b>
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	5 591 984,86	0,00	0,00	5 591 984,86	6 788 759,96	0,00	0,00	6 788 759,96
Edifícios e outras construções	43 652 270,96	13 185 395,85	0,00	30 466 875,11	47 426 992,49	14 156 387,81	0,00	33 270 604,68
Equipamento básico	3 312 214,13	3 060 590,35	0,00	251 623,78	3 481 806,95	3 136 848,68	0,00	344 958,27
Equipamento de transporte	3 047 004,17	1 824 377,33	0,00	1 222 626,84	3 541 879,17	2 072 175,14	0,00	1 469 704,03
Equipamento administrativo	1 069 869,23	1 013 624,80	0,00	56 244,43	1 090 874,99	1 029 490,72	0,00	61 384,27
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1 665 443,33	1 604 377,68	0,00	61 065,65	1 859 255,19	1 627 047,90	0,00	232 207,29
Ativos fixos tangíveis em curso	3 157 096,36	0,00	0,00	3 157 096,36	2 846 438,91	0,00	0,00	2 846 438,91
	<b>61 495 883,04</b>	<b>20 688 366,01</b>	<b>0,00</b>	<b>40 807 517,03</b>	<b>67 036 007,66</b>	<b>22 021 950,25</b>	<b>0,00</b>	<b>45 014 057,41</b>
<b>TOTAL</b>	<b>110 536 980,00</b>	<b>40 752 215,42</b>	<b>0,00</b>	<b>69 784 764,58</b>	<b>128 133 587,53</b>	<b>52 094 734,00</b>	<b>0,00</b>	<b>76 038 853,53</b>

O quadro da variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas, apresenta-nos os valores iniciais e finais da quantia bruta, amortizações acumuladas, das perdas por imparidade acumuladas e da quantia escriturada.

A quantia bruta apresenta um saldo final de 128.133.587,53 €, o que representa um aumento relativo de 15,92 %, sendo este valor superior à quantia bruta inicial em 17.596.607,53 €.

Para este aumento contribuíram principalmente os seguintes fatores:

- Reconhecimento de infraestruturas em concessão à E-Redes no valor de 10.389.621,83 €, conforme referido na nota 4;
- O reconhecimento no património municipal da Escola Secundária do Entroncamento (4.396.270 €) e do Centro de Saúde do Entroncamento (47.894,51 €), na sequência do processo de transferência de competências na área da educação e da saúde.

Os mapas seguintes refletem os valores acima referidos.

Quadro 5.2 - Ativos Fixos Tangíveis - Quantia Escriturada e Variações do Período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências internas	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	Quantia Escriturada Final (11) = (2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>										
Terrenos e recursos naturais	1 283 002,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 283 002,76
Edifícios e outras construções	1 223 601,34	0,00	136 374,84	0,00	0,00	0,00	-117 438,41	0,00	0,00	1 242 537,77
Infraestruturas	26 440 349,33	10 425 914,27	1 494 193,80	0,00	0,00	0,00	-9 891 495,93	0,00	0,00	28 468 961,47
Património histórico, artístico e cultural	30 294,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30 294,12
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>28 977 247,55</b>	<b>10 425 914,27</b>	<b>1 630 568,64</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-10 008 934,34</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>31 024 796,12</b>
<b>Ativos fixos em concessão</b>										
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>										
Terrenos e recursos naturais	5 591 984,86	1 196 775,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 788 759,96
Edifícios e outras construções	30 466 875,11	3 621 235,01	153 486,52	0,00	0,00	0,00	-970 991,96	0,00	0,00	33 270 604,68
Equipamento básico	251 623,78	176 919,46	0,00	0,00	0,00	0,00	-76 258,33	0,00	-7 326,64	344 958,27
Equipamento de transporte	1 222 626,84	494 875,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-247 797,81	0,00	0,00	1 469 704,03
Equipamento administrativo	56 244,43	25 330,61	0,00	0,00	0,00	0,00	-15 865,92	0,00	-4 324,85	61 384,27
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	61 065,65	193 811,86	0,00	0,00	0,00	0,00	-22 670,22	0,00	0,00	232 207,29
Ativos fixos tangíveis em curso	3 157 096,36	1 473 397,71	-1 784 055,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 846 438,91
	<b>40 807 517,03</b>	<b>7 182 344,75</b>	<b>-1 630 568,64</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-1 333 584,24</b>	<b>0,00</b>	<b>-11 651,49</b>	<b>45 014 057,41</b>
<b>TOTAL</b>	<b>69 784 764,58</b>	<b>17 608 259,02</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-11 342 518,58</b>	<b>0,00</b>	<b>-11 651,49</b>	<b>76 038 853,53</b>

Quadro 5.2.A - Ativos Fixos Tangíveis - Adições

RUBRICAS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança e outros	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão e reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12) = (2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)+(11)
<b>Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural</b>											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	36 292,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 389 621,83	10 425 914,27
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>0,00</b>	<b>36 292,44</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10 389 621,83</b>	<b>10 425 914,27</b>
<b>Ativos fixos em concessão</b>											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>											
Terrenos e recursos naturais	0,00	307 942,20	0,00	0,00	0,00	888 832,90	0,00	0,00	0,00	0,00	1 196 775,10
Edifícios e outras construções	0,00	4 403,40	0,00	0,00	0,00	3 555 331,61	0,00	0,00	0,00	61 500,00	3 621 235,01
Equipamento básico	0,00	175 406,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 512,90	176 919,46
Equipamento de transporte	0,00	494 875,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	494 875,00
Equipamento administrativo	0,00	25 080,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250,00	25 330,61
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	189 208,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 603,28	193 811,86
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	1 473 397,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 473 397,71
	<b>0,00</b>	<b>2 670 314,06</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4 444 164,51</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>67 866,18</b>	<b>7 182 344,75</b>
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>2 706 606,50</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4 444 164,51</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10 457 488,01</b>	<b>17 608 259,02</b>

Quadro 5.2.B - Ativos Fixos Tangíveis - Diminuições

RUBRICAS	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (2)+(3)+(4)+(5)+(6)
<b>Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Ativos fixos em concessão</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	-7 326,64	-7 326,64
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	-4 324,85	-4 324,85
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-11 651,49</b>	<b>-11 651,49</b>
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-11 651,49</b>	<b>-11 651,49</b>

## Nota 6 – Locações

Contratos de locação financeira:

**Quadro 6.1 - Locações Financeira - Locador**

Rubricas	Quantia Escriturada Líquida	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos	Rendas contingentes registadas como gasto do período
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total		
		Capital	Juro	Capital	Juro						
Aquisição de 2 viaturas elétricas	57 017,81	13 347,00	1 388,34	20 276,91	1 443,81	11 132,91	25 607,99	0,00	36 740,90	36 740,90	0,00
<b>Total</b>	<b>57 017,81</b>	<b>13 347,00</b>	<b>1 388,34</b>	<b>20 276,91</b>	<b>1 443,81</b>	<b>11 132,91</b>	<b>25 607,99</b>	<b>0,00</b>	<b>36 740,90</b>	<b>36 740,90</b>	<b>0,00</b>

Contratos de locação operacional:

**Quadro 6.2 - Locações Operacionais - Locador**

Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Viatura de passageiros de 9 lugares	64 014,12	12 508,44	0,00	24 108,99	0,00	12 802,82	27 102,31	0,00	39 905,13	0,00
<b>Total</b>	<b>64 014,12 €</b>	<b>12 508,44 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>24 108,99 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>12 802,82 €</b>	<b>27 102,31 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>39 905,13 €</b>	<b>0,00 €</b>

## Nota 7 - Custos de empréstimos obtidos

Informação no ANEXO II

## Nota 8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento regra geral são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis. Os bens que foram reconhecimentos na transição para o SNC-AP são mensurados pelo Valor Patrimonial Tributário (VPT).

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

**Propriedade de Investimento - quantia escriturada e variações do período em 31/12/2023 (modelo do custo)**

**Quadro 8.2. - Propriedades de Investimento**

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações								Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revaloriz	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Depreciações do Período	Diminuições		
Bens de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e Recursos Naturais	454 959,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	454 959,22
Edifícios e Outras Construções	1 023 492,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-34 113,86	0,00	989 378,67
Outras PI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PI em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1 478 451,75</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-34 113,86</b>	<b>0,00</b>	<b>1 444 337,89</b>

### Nota 9 – Imparidade de ativos

Segue-se a informação sobre a quantia recuperável dos ativos.

Quadro 9.1. - Imparidade de Ativos

Ativo	Quantia Bruta	Imparidades				Quantia Recuperável
		Início do Período	Ano 2023			
			Imparidade 2023	Reversão Imparidade 2023	Valor Líquido 2023	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6) = (4)-(5)	(7)=(2)-(3)-(6)
Clientes, contribuintes e utentes	986 303,58	433 354,01	67 195,52	42 613,44	24 582,08	528 367,49
<b>TOTAL</b>	<b>986 303,58</b>	<b>433 354,01</b>	<b>67 195,52</b>	<b>42 613,44</b>	<b>24 582,08</b>	<b>528 367,49</b>

No caso dos clientes, contribuintes e utentes a dívida total ascende a 986.303,58 € e apresenta uma imparidade acumulada de 457.936,09 €, podendo ser recuperável o valor de 528.367,49 €. As perdas por imparidade acumuladas resultam de dívidas de faturação referente aos setores da água, saneamento e resíduos sólidos e urbanos.

### Nota 10 - Inventários

- a) As políticas adotadas na mensuração de inventários, incluindo formula de custeio usada

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante 2023 – custo médio ponderado.

- b) Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Quadro 10.1 - Inventários

Rubrica	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
(1)	(2)	(3)	(4)= (2)-(3)
Mercadorias	0,00	0,00	0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	175 017,33	0,00	175 017,33
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>175 017,33</b>	<b>0,00</b>	<b>175 017,33</b>

Quadro 10.2. – Inventários: movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)- /(4)-(5)+(6)-(7)+(8)	
Mercadorias	0,00	866 784,78	866 784,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	168 596,55	245 910,56	238 542,77	0,00	0,00	0,00	-947,01	0,00	175 017,33
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>168 596,55</b>	<b>1 112 695,34</b>	<b>1 105 327,55</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-947,01</b>	<b>0,00</b>	<b>175 017,33</b>

**c) Quantia de ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período**

Em 2023 foram reconhecidos 1.105.327,55 € relativos a custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas.

**d) Quantia de ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período**

O ajustamento de inventários registada diz respeito a artigos que se encontram obsoletos.

**Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação**

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

**Quadro 13.1 - Rendimentos com contraprestação**

Tipo de rendimento	Rendimento do período		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>					
Taxas específicas das autarquias locais	528 929,48	0,00	244 221,61	65 106,08	0,00
Multas e outras penalidades	41 863,29	0,00	15 683,42	7 558,90	0,00
<b>Vendas</b>					
Água	1 740 579,80	0,00	438 440,48	418 934,24	0,00
Outros	25 238,06	0,00	5 271,92	7 852,39	0,00
<b>Prestação de serviços</b>					
Saneamento	991 920,14	0,00	198 128,06	213 699,74	0,00
Resíduos sólidos	865 758,70	0,00	159 297,70	164 122,17	0,00
Refeições escolares e prolongamento de horários	234 334,68	0,00	2 267,61	2 267,61	0,00
Concessões	155 297,33	0,00	0,00	0,00	0,00
Parques de Estacionamento	105 250,71	0,00	81 783,40	107 924,73	0,00
Outros	93 513,48	0,00	126 321,56	102 704,36	0,00
Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto	73 201,07	0,00	16 011,42	20 126,52	0,00
Transportes coletivos de pessoas e mercadorias	43 172,51	0,00	887,10	887,10	0,00
Trabalhos por conta de particulares	4 582,13	0,00	10 347,77	9 748,61	0,00
Mercados e feiras	1 464,68	0,00	7,26	7,26	0,00
<b>Outros rendimentos</b>					
Ganhos em inventários	572,20	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	499 411,86	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos em entidades controladas, associadas e (...)	17 889,86	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Juros, dividendos e outros rendimentos similares</b>					
Juros obtidos	30 129,59	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos obtidos	4 453,37	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>5 457 562,94</b>	<b>0,00</b>	<b>1 298 669,31</b>	<b>1 120 939,71</b>	<b>0,00</b>

**Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação**

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

**Quadro 14.1 - Rendimentos sem contraprestação**

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamento srecebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
<b>Impostos diretos</b>					
Derrama	380 600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto municipal sobre Imóveis	2 634 829,00	0,00	623 059,76	617 023,14	0,00
Imposto único de circulação	590 950,36	0,00	186 883,41	219 944,04	0,00
<b>Impostos indiretos</b>					
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	1 577 475,46	0,00	477 976,02	468 926,99	0,00
<b>Transferências e subsídios correntes obtidos</b>					
Estado	7 404 034,48	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Local	190 485,32	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades e quase sociedades não financeiras	23 002,52	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	23 616,00	0,00			
<b>Reversões</b>					
De perdas por imparidade	42 613,44	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Imputação de subsídios e transferências para investimentos</b>	1 519 156,06	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>14 386 762,64</b>	<b>0,00</b>	<b>1 287 919,19</b>	<b>1 305 894,17</b>	<b>0,00</b>

Nota: as quantias por receber referentes ao IMI, IMT e IUC referem-se aos dados disponibilizados no site da ATA à data de 31.12.2023

**Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município do Entroncamento, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, não foram feitos ajustamentos nas provisões para outros riscos e encargos. A provisão atual é no valor de 172.605,00 €, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

**Quadro 15.1 - Provisões**

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos			Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)	
		Reforços (2)	Aumentos da quantia (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)		Total diminuição (9)=(6)+(7)+(8)
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	0,00	120 000,00	0,00	0,00	120 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120 000,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões	40 001,00	12 604,00	0,00	0,00	12 604,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52 605,00
<b>Total</b>	<b>40 001,00</b>	<b>132 604,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>132 604,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>172 605,00</b>



**a) Passivos contingentes**

Não foram constituídas provisões para os restantes processos judiciais em curso, nomeadamente, interpostos por terceiros ao Município de Entroncamento, uma vez que o valor envolvido de indemnizações reclamadas e a probabilidade de existirem exfluxos é impossível de mensurar com suficiente fiabilidade.

Descrição	Autor	Valor	Observações/Estado do pedido
Os requerentes pedem a anulação do contrato para concessão da gestão, exploração e manutenção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de telecomunicações, celebrado entre o Município do Entroncamento e a FIRSTRULE, SA	PT – Comunicações, SA	0,00 €	Audiência no dia 28 de março de 2018. Município do Entroncamento foi notificado a 1.06.2021 da sentença do presente processo, na qual o TAF de Leiria julgou a ação procedente e ordenou a anulação do contrato de concessão. Encontra-se a decorrer o prazo para recorrer da sentença. Foi elaborado Recurso. Sem desenvolvimentos sem a última Assembleia
Com a ação pretende o Autor que seja declarada a ilicitude da rescisão contratual operada pelo Réu e condenando o Réu a indemnizar a Autora pelos danos causados.	Rosa Lopes, Gonçalves & Associados, SROC, Lda.	32.400,00€ + juros vencidos.	ARé apresentou Recurso e o Município do Entroncamento apresentou as suas contra alegações a 02/02/2022. Sem desenvolvimentos desde a última Assembleia
Com a ação pretendem os Autores que lhe seja reconhecido o direito de propriedade sobre o prédio urbano (loteamento), no qual se inclui a parcela de terreno com a área de 1 912,30m <sup>2</sup> sito na freguesia de Nossa Senhora de Fátima, concelho do Entroncamento, que seja declarada a nulidade do Protocolo de Acordo entre o Réu Município do Entroncamento e o Autor Fernando de Jesus Ferreira.	Fernando de Jesus Ferreira, Elisabete Trindade Ferreira Gomes e outros	326.200,00€+ juros	Foi elaborada contestação. Foi o Município notificado a 29.11.2017 da resposta dos AA às exceções invocadas pelo Município na sua contestação. Município do Entroncamento foi notificado a 26.01.2023, para se pronunciar, no prazo de 10 dias, sobre a invocada exceção de incompetência absoluta que, a proceder, levará à absolvição dos Reus da instância. Foi elaborado o respetivo requerimento dentro do prazo legalmente estabelecido. Aguarda ulteriores desenvolvimentos
Com a ação pretende o Autor o reconhecimento do direito do Autor ao subsídio de reintegração.	João José Pescador de Matos Fanha Vieira	15,829,93€+juros de mora	Autor interpsó recurso. O Município apresentou as respetivas contra-alegações. Sem desenvolvimentos desde a última informação
Com a ação veio o Autor pedir a condenação do Município do Entroncamento a pagar-lhe uma indemnização no valor de 11.768,31€, acrescida de juros de mora desde a data de citação, à taxa legal, até efetivo e integral pagamento, por responsabilidade civil extracontratual.	Jaime de Jesus Batista Figueiredo	11.768,31€	Aguarda-se a prolação do respetivo Acórdão. Sem desenvolvimentos desde a última informação
Com a presente ação vêm os Autores requerer que sejam decretadas as nulidades de todos os atos alegados no texto pelos quais se deliberou aprovar o projeto de execução do "Parque Empresarial do Entroncamento" nas "Instalações da CP".	João Pedro de Matos Dâmaso e outros		Foi elaborada a respetiva Contestação em maio de 2019. Requerimento apresentado pelo Autor em Abril de 2021 para ampliação do pedido. Foi elaborada a respetiva oposição ao requerimento apresentado pelo Autor. Aguarda ulteriores desenvolvimentos.
Com a presente ação vem a autora pedir a condenação do Município do Entroncamento a devolver as garantias bancárias emitidas pelo BCP e este a liberar as mesmas, e ainda ser o Município condenado a pagar à autora a título de ressarcimento pelos prejuízos decorrentes da retenção indevida das garantias a quantia de 5.874,17€ ou 2.067,73€, bem como a ser condenado nas custas.	Aquino Construções, SA	5.874,17 ou 2.067,73€	Município do Entroncamento foi notificado a 13.04.2021 do conteúdo do despacho da Juiz que determinou que neste momento, devido ao acervo processual na sua posse, não se prevê data de marcação da audiência prévia, procedimento legal a seguir, tendo-se de aguardar a convocação da aludida diligência. Sem desenvolvimentos desde a última informação
Com a presente ação pretendem os Autores: - Que as decisões impugnadas que são relativas à obrigação dos Autores em construir os passeios e lançar na via pública e à não concessão de licença de utilização serem revogadas e substituídas por outras que concede ao prédio dos Autores a licença de habitabilidade e outros	João Pedro de Matos Dâmaso e outros	0,00 €	Foi apresentada a respetiva Contestação a 16.02.2021. Sem desenvolvimentos desde a última informação
Com a presente Ação vem o Auto pedir - a anulação do ato administrativo praticado pelo Presidente da Câmara do Réu, datado de 27 de junho de 2022, que indeferiu a pretensão da autora; - réu condenado a reconhecer o Plano de Trabalhos, Plano de Pagamentos e cronograma financeiro apresentados em 23.03.2022, como os documentos legais fundamentadores do direito à revisão de preços definitiva da empreitada em questão; - ser o réu condenado a praticar, em prazo não superior a superior a 60 dias, o ato de deferimento da pretensão do Autor, procedendo ao reconhecimento do direito a uma revisão de preços definitiva no valor de 96.282,70€ a favor da Autora, tudo com as devidas e legais consequências; - Ser o réu condenado a reconhecer que as prorrogações de prazo atribuídas a título gracioso pelas deliberações de 31 de maio de 2021 ( 15 dias a título gracioso) 8 de julho de 2021 (20 dias a título gracioso) e de 26 de agosto de 2021 (11 dias a título gracioso) são prorrogações legais, por não imputáveis à Autora.	Joaquim Rodrigues da Silva & Filhos, Lda.	96.282,70€	Foi elaborada a respetiva Contestação. Aguarda ulteriores desenvolvimentos.
Com a presente ação vem a Autora pedir a condenação do Município do Entroncamento no pagamento da quantia de 134.369,25€ de capital, bem como no pagamento dos juros já vencidos, no montante de 59.529,31€, bem como daqueles juros que se vencerem	Mota-Engl, Engenharia e Construção, SA	134.369,25€ de capital +juros já vencidos 59.529,31€ +juros que se vencerem	Foi apresentada a respetiva Contestação a 19.01.2021. A 17.10.2022 foi o Município do Entroncamento notificado do Despacho Saneador. Na sequência da admissão da pericia colegial requerida pela A, o Município do Entroncamento a 7.11.2022 apresentou os seus quesitos e a nomeação do perito. Aguarda ulteriores desenvolvimentos
Com a presente ação vem a A. pedir a condenação do Município no pagamento do valor de 3.111.885,13€ e ainda os juros vencidos desde a citação até integral pagamento	Listorres - Engenharia e Investimentos, S.A.;	3.111.885,13€ + juros vencidos	Com a presente ação vem a A. pedir a condenação do Município no pagamento do valor de 3.111.885,13€ e ainda os juros vencidos desde a citação até integral pagamento. Foi apresentada contestação pelo Município, e encontra-se agendada a Audiência prévia para o dia 22 de maio. Audiência adiada. Aguarda nova data
Com a presente ação vem o Autor pedir: - a anulação do ato administrativo aprovado na deliberação da CME, em reunião de 18 de julho de 2023, o qual ordenou à GNB proceder ao reforço da caução, no valor de 635.032,93€ referente ao Alvará de Loteamento 01/2017- 1.º Ato Impugnado ou "Ato de reforço da Caução" - a anulação do ato administrativo aprovado na deliberação da CME, em reunião de 18 de julho de 2023, que deliberou acionar a Garantia Bancária, emitida pelo Novo Banco no valor de 800 000, 00€ datada de 03.02.2017, e restituição do montante pago pelo Novo Banco-2.º ato Impugnado ou "Ato de Acionamento da Caução." Encontra-se a decorrer o prazo para Contestação.	GNB ESTATE- Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, SA e NOVO BANCO, SA	0,00 €	Foi elaborada a respetiva Contestação. Aguarda ulteriores desenvolvimentos

**b) Ativos contingentes**

Os ativos contingentes identificados resultam dos impostos em atraso divulgados pela AT.

Descrição	2023	2022	2021	2020
IMI	617 023,14	623 059,76	588 330,48	666 594,93
IUC	219 944,04	186 883,41	181 471,94	159 579,65
IMT	468 926,99	477 976,02	530 767,46	367 187,96
<b>Total</b>	<b>1 305 894,17</b>	<b>1 287 919,19</b>	<b>1 300 569,88</b>	<b>1 193 362,54</b>
<b>Varição face ao ano anterior</b>	<b>17 974,98</b>	<b>-12 650,69</b>	<b>107 207,34</b>	<b>-</b>
	<b>1,40%</b>	<b>-0,97%</b>	<b>8,98%</b>	<b>-</b>



#### **Nota 17 - Acontecimentos após a data de relato**

**17.1. Uma entidade deve divulgar a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e quem deu essa autorização. Se um outro órgão deliberativo tiver o poder de alterar as demonstrações financeiras após emissão, a entidade deve divulgar esse facto.**

A preparação das demonstrações financeiras decorre até à aprovação pelo órgão executivo, órgão competente pela sua aprovação nos termos do previsto na alínea e) do art. 33.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**17.2. Se uma entidade receber informações após a data de relato, mas antes das demonstrações financeiras serem autorizadas para emissão, acerca de condições que existiam à data de relato, a entidade deve atualizar as divulgações que se relacionam com essas condições, à luz das novas informações.**

À data da aprovação das contas não se verificou a necessidade de atualizar as demonstrações financeiras emitidas.

**17.3. Se os acontecimentos após a data de relato, que não dão lugar a ajustamentos, forem materialmente relevantes a sua não divulgação pode influenciar as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras. Em conformidade, uma entidade deve divulgar para cada categoria material de acontecimentos após a data de relato que não dão lugar a ajustamentos, os seguintes aspetos:**

**(a) A natureza do acontecimento; e**

**(b) Uma estimativa do seu efeito financeiro, ou uma declaração que essa estimativa não pode ser feita.**

Importa realçar a invasão da Ucrânia pela Rússia e o conflito entre Israel e o Hamas.

Estes acontecimentos para além da enorme crise humanitária, irá trazer instabilidade económica, cujos efeitos financeiros são difíceis de quantificar.

### Nota 18 – Investimentos financeiros

#### Método do custo

Rubricas	Fração do capital detido à data de relato	Quantia Escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
			Compras	Ganhos em justo valor	Reversões de perdas por imparidade	outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	outros	
Fundo de Apoio Municipal (FAM)	0,01%	319 086,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	319 086,00
Tagusgás	0,03%	3 440,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 440,00
Fundação do Museu Nacional Ferroviário	0,88%	10 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 000,00
Ribacarne (1)	-	9 975,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9 975,96
<b>Total</b>		<b>342 501,96</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>342 501,96</b>

(1) Em processo de insolvência

#### Método da equivalência patrimonial

Rubricas	Valor Nominal	Ajust. Cap. Próprios	Participação Resultados	Total	Participação capital social	2023		
						Capitais Próprios	RLE	
RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M, S.A	5 000,00	482 060,19	-7 237,44	479 822,75	5 000,00	10,00%	4 798 227,51	178 898,58

A rubrica de participações financeiras apresenta o valor total de **822.324,71 €**, repartido pela participação na associada mensurado ao MEP – 479.822,75 € e pelas restantes participações financeiras mensuradas ao custo – 342.501,96 €.

No caso da RSTJ, esta é detida em apenas 10 %, percentagem inferior aquela que as normas definem como existindo influencia sobre a entidade. No entanto, esta entidade é detida em partes iguais de 10 % por todos os municípios, existindo assim um controlo conjunto, pelo que nestes casos de partilha de poder se entende que a forma mais adequada de expressar a participação detida é através do MEP.

### Nota 19 – Benefícios aos empregados

O Município do Entroncamento não detém fundos correspondentes, designadamente, a planos de pensões, planos de reforma ou planos por invalidez pelo que se entende de não aplicação a NCP 19.

Os benefícios aos empregados são de curto prazo e respeitam a despesas correntes com vencimentos, subsídios de férias e de Natal, abonos relativos a gratificação e representação, subsídio de alimentação, horas extraordinárias, ajudas de custo, abono para falhas, indemnizações por cessações de funções, contribuições e outros encargos para a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações entre outros.

As obrigações decorrentes dos benefícios aos empregados classificadas como despesas correntes são reconhecidas nos resultados do período em que os respetivos serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que é liquidado com o respetivo pagamento aos trabalhadores.

À data de 31.12.2023 o município detinha 375 funcionários.

Informação detalhada no ponto 3.2.2.2.

## Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

No quadro seguinte indica-se os saldos e transações do Município do Entroncamento com as suas entidades relacionadas:

**Quadro 20.2. - Transações entre partes relacionadas**

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período
		Tipo	Quantia	% no total das transações	
RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, SA	Participada	Prestação de Serviços e taxas	478 318,26	89,97%	130 678,82
		Subsídios à exploração (Recolha de RSU)	294 875,88		
		Equilíbrio do Exercício de 2022	40 818,32		
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, SA	Participada	-	-	-	0,00
Fundação do Museu Nacional Ferroviário	Associada	Prestação serviços	804,00	0,09%	0,00
CIMT - Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	Associada	Quotização	36 033,48	7,58%	7 974,31
		Projetos CIMT	32 507,15		
Médio Tejo 21 - Agência regional de energia e ambiente da região do médio tejo e pinhal	Associada	Quotização	1 324,00	1,23%	5 104,50
		Prestação serviços	9 840,00		
AMVT - Associação Municípios Vale do Tejo	Associada	Quotização	3 890,64	0,43%	0,00
ANMP - Associação Nacional dos Municípios Portugueses	Associada	Quotização	5 450,34	0,71%	0,00
	Associada	Serviços	944,91		

## Nota 23 – Outras divulgações

### 23.1. Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis

Regista-se nesta conta as transferências e subsídios por receber.

A data de 31.12.2023 o município tinha pedidos de pagamento feitos à Agência para o Desenvolvimento e Coesão no valor de 487.320,87 €.

#### Detalhe no ponto 3.2.1.1.2.

### 23.2. Estado e outros entes públicos

A data de 31.12.2023 o município os seguintes saldos:

Estado e outros entes públicos	31/12/2022		31/12/2022	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	35 806,05	0,00	30 495,86
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	19 952,85	308 336,25	0,00
Outros impostos	0,00	466,31	0,00	591,17
Contribuições de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	46 918,69	0,00	40 392,80
Outras tributações	0,00	2,09	0,00	2,09
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>103 145,99</b>	<b>308 336,25</b>	<b>71 481,92</b>

### 23.3. Contas a receber e a pagar

Conta	2023	2022	Var.	Observações
<b>Saldo a receber</b>	<b>6 256 173,33</b>	<b>7 337 800,96</b>	<b>-17,29%</b>	
Clientes, contribuintes e utentes	528 367,49	554 150,96	-4,88%	
Devedores por transferências e subsídios	487 320,87	984 998,91	-102,13%	
Estado e outros entes públicos	0,00	308 336,25	-	- Detalhe no ponto 3.2.1.1. Ativo
Outras contas a receber:				
Devedores por acréscimos	5 125 372,35	5 157 112,77	-0,62%	
Outros Devedores	115 112,62	333 202,07	-189,46%	
<b>Saldos a pagar</b>	<b>2 744 540,49</b>	<b>2 841 671,63</b>	<b>-3,54%</b>	
Fornecedores corrente	450 737,33	722 948,17	-60,39%	
Fornecedores de investimento	301 135,34	276 413,19	8,21%	
Credores por transferências e subsídios	33 525,00	1 125,00	96,64%	
Estado e outros entes públicos	103 145,99	71481,92	30,70%	
Outras contas a pagar:				
Credores por acréscimos	1 210 585,44	1 112 092,93	8,14%	Detalhe no ponto 3.2.1.3. Passivo
Cauções	48 002,87	53 645,12	-11,75%	
Sindicatos	1 147,47	1 106,92	3,53%	
Outros credores				
Operações de tesouraria e retenções	528 655,11	535 766,67	-1,35%	
Outras entidades	57 290,95	67 091,71	-17,11%	
Outros devedores e credores por transferências	10 314,99	0,00	-	

### 23.4. Diferimentos

Compreende principalmente os recebimentos do período, que devam ser reconhecidos como rendimentos nos períodos seguintes (rendimentos diferidos).

**Detalhe no ponto 3.2.1.3.**

### 23.5. Património Líquido

O património líquido apresenta o valor de 77.784.591,30 €.

**Detalhe no ponto 3.2.1.2. e 3.2.2.3.**

### 23.6. Rendimentos

Os rendimentos registaram um valor de 19.950.824,24 €, ficando acima do registado no ano anterior (+ 2.276.677,18 €).

**Detalhe no ponto 3.2.2.1.**

### 23.7. Gastos

Os gastos registaram um valor de 19.526.049,82 €, registando um acréscimo de 3.059.932,02 € face ao ano anterior.

**Detalhe no ponto 3.2.2.2.**

### 23.8. Relato por segmentos

A NCP 25 – Relato por Segmentos, exige a informação por segmentos. O Manual de Implementação do SNC-AP é omissivo nesta matéria, principalmente na definição de segmentos aplicável aos Municípios.

De acordo com aquela norma “Um segmento é uma atividade ou grupo de atividades distinguíveis de uma entidade relativamente às quais é apropriado relatar informação financeira separada com a finalidade de avaliar o desempenho passado da entidade para atingir os seus objetivos, e tomar decisões acerca da futura alocação de recursos”. Os segmentos podem ser segmentos de serviços, ou segmentos geográficos.

De referir que a NCP 25 refere que:

“(a) Um segmento de serviço refere-se a um componente distinguível de uma entidade que esteja empenhada em disponibilizar produtos ou serviços relacionados ou em atingir objetivos operacionais particulares consistentes com a missão global de cada entidade. Um segmento de serviço também se refere a atividades de entidades com leis orgânicas próprias e que tenham sido agregadas numa única entidade para efeitos de orçamento, contabilidade e relato. Muitas vezes estas entidades assumem a designação de entidade “Gestão Administrativa e Financeira”;

E

(b) Um segmento geográfico é um componente distinguível de uma entidade que esteja empenhada em disponibilizar produtos ou serviços relacionados ou em atingir objetivos operacionais particulares dentro de uma área geográfica em particular.”

No entanto e conforme já foi referido, não estão definidos segmentos de serviços, por não se considerar que existam segmentos de tal forma distintos que exijam que a informação seja autonomizada.

O município do Entroncamento exerce a sua atividade na área geográfica do concelho, pelo que também não se aplica a definição de segmentos geográficos.



## Anexo I – Caracterização da entidade



## MODELO 8.2 - Caracterização da entidade

1. IDENTIFICAÇÃO	
Denominação	Município do Entroncamento
Numero de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	501120149
Natureza	Autarquia Local
Endereço postal - Arruamento	Largo José Duarte Coelho
Endereço postal - Código Postal	2330-078 Entroncamento
Telefone / Fax	Telefone 249720400 - FAX 249718615
Endereço de correio eletrónico	<a href="mailto:geral@cm-entroncamento.pt">geral@cm-entroncamento.pt</a>
Sítio na internet	<a href="http://www.cm-entroncamento.pt">http://www.cm-entroncamento.pt</a>
Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?	Sim Não <input checked="" type="checkbox"/>
Organograma em anexo	

2. LEGISLAÇÃO	
Regime Financeiro	Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro
Regime Jurídico	Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro

3. PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE (a especificar – opcional)	Sim	Não
Serviços Municipalizados (Se a entidade assinalar que detém participações, deverá abrir uma linha para indicar qual a entidade e, dentro dessa linha, deverá ter a opção SIM/NÃO para responder se detém influência dominante sobre aquela entidade)	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Serviços Intermunicipalizados	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Entidades Intermunicipais:		
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
AMVT - Associação Municípios do Vale do Tejo	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Associação Nacional Municípios Portugueses	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Entidades Associativas Municipais	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Empresas Locais	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Empresas Participadas:		
RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, S. A.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tágusgás	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cooperativas	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Fundações:		
Fundação Museu Nacional Ferroviário - Armando G. Machado	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Entidades de outra natureza:		
FAM - Fundo de Apoio Municipal	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES
Desenvolvimento de todas as atribuições e competências consignadas ao município, nos termos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, bem como com os artigos em vigor da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. Foram atribuídos pelouros a responsáveis do Órgão Executivo, designadamente: <u>Presidente da Câmara Municipal - Jorge Manuel Alves de Faria (01-01-2023 a 31-12-2023):</u> Coordenação Autárquica, Planeamento Estratégico e Desenvolvimento Económico, Ordenamento do Território e Urbanismo, Obras Municipais, Cooperação Externa e Geminação, Toponímia, Museu Nacional Ferroviário, Administração Geral e Gestão Financeira, Associativismo, Desporto e Vida Saudável, Juventude, Emprego, Inovação e Empreendedorismo, Cultura e Turismo, Família e Coesão Social, Recursos Humanos, Cidadania e Defesa do Consumidor. <u>Vice-Presidente da Câmara Municipal - Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim (01-01-2023 a 31-12-2023):</u> Ambiente e Espaços Verdes, Água e Saneamento, Educação, Biblioteca, ESER, Saúde, Sistemas de Informação e Modernização Administrativa, Comunicação e Imagem, Contratação Pública, Serviços Jurídicos, Mercados e Feiras. <u>Vereador a Tempo Inteiro - Carlos Manuel Pires Rei Amaro (01-01-2023 a 31-12-2023):</u> Obras Particulares, Sinalização Urbana e Trânsito, Indústria, Comércio e Serviços - Licenças e Taxas, Serviços Urbanos, Transportes Urbanos, Cemitério, Fiscalização Municipal, Eventos, Proteção Civil e Floresta, Segurança.

5. COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO
<b>5.1. IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO</b> Jorge Manuel Alves de Faria - Presidente da Câmara Municipal Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim - Vice Presidente da Câmara Municipal Carlos Manuel Pires Rei Amaro - Vereador a Tempo Inteiro Rui Jorge Bértolo Lara Madeira Claudino - Vereador Rui Pedro Dias Gonçalves - Vereador Anabela Valente de Carvalho - Vereadora Luis José da Silva Forinho - Vereador

<b>5.2 NÚMERO DE VEREADORES (1)</b>
Em regime de permanência - 1
A meio tempo - 0
Restantes vereadores - 4

<b>5.3 NÚMERO DE ELEITORES</b>
Até 10.000
Mais de 10.000 e menos de 40.000 <input checked="" type="checkbox"/>
Igual ou superior a 40.000

## 6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

O Município do Entroncamento iniciou pela primeira vez em 2020 a implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

## 7. OUTRA INFORMAÇÃO

### 7.1. AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)

Entidade fiscalizadora	ADC - Agência Desenvolvimento e Coesão
Data da ação	20/08/2021
Período abrangido	Exercício 2020-2021
Identificação da ação	Proc EC20-21/ESA/2/SC1/CENTRO/0007 - Operação CENTRO-09-2316-FEDER-000172 (MGD 9764/2021)
Entidade fiscalizadora	ADC - Agência Desenvolvimento e Coesão
Data da ação	26/07/2022
Período abrangido	Exercício 2021-2022
Identificação da ação	Proc EC 21-22/ESA/1/SC1/CENTRO/0002 - Operação CENTRO-02-0853-FEDER-000892 (MGD 8146/2022)
Entidade fiscalizadora	IGF-Autoridade de Auditoria
Data da ação	Outubro/2022
Período abrangido	Exercício 2020
Identificação da ação	Pr. 2023/471 - S 3081_2023 Auditoria às transf. entidades do setor público p/ Fundações (2020-2021)
Entidade fiscalizadora	APCER em representação da ERSAR
Data da ação	21 e 22 de agosto de 2023
Período abrangido	Ano de 2022
Identificação da ação	Avaliação da qualidade do serviço das entidades gestoras de serviços de águas e resíduos

7.2. APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS	Data de Aprovação	
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Norma de Controlo Interno e eventuais alterações (4.ª Alteração) (2)	15/04/2019	-
Regulamentos (vários-todos aprovados pelos Órgãos Executivo e Deliberativo)	-	-
Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão	28/12/2009	-
Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão (Revisão)	26/09/2013	-
Grandes Opções do Plano 2023-2027	30/11/2022	16/12/2022
Orçamento 2013	30/11/2022	16/12/2022
Documentos Prestação Contas - 2022	18/04/2023	25/04/2023
-	-	-

7.3. INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR	Data de Aprovação	
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Alteração Orçamental Modificativa (Revisão Orçamental)	07/02/2023	23/02/2023

### 7.4. INFORMAÇÃO RELATIVA À CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

Identificação das entidades que compõem o Grupo Público

7.5. DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (Art.º 111.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)	Sim	Não
- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das autarquias locais	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das entidades intermunicipais	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

7.6. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (Art.º 116.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)	Sim	Não
- Dos órgãos do município nos órgãos das freguesias	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
- Dos órgãos do município nos órgãos das entidades intermunicipais	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

7.7. INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL (2)	Sim	Não
- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro		380

<b>7.8. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO</b>	<b>Início do exercício</b>	<b>Fim do exercício</b>
	39 dias	(a)

**7.9. A PREENCHER, NO CASO DE SE TRATAR DE UMA ENTIDADE DE NATUREZA ASSOCIATIVA (3)**

- Data da constituição
- Entidades associadas existentes no fim do exercício
- Informação sobre a existência de atividade/movimentos financeiros na gerência

**7.10. CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/OBRAS PÚBLICAS**

	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
(a especificar)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Concessionário - <b>Águas do Vale do Tejo, S. A.</b>		
- Objeto da concessão - Contrato de Fornecimento de Água		
- Data de celebração do contrato - 27-10-2009		
- Período da concessão/Fornecimento - 33 anos		
- Natureza da concessão - Nos termos e de acordo com as condições previstas no contrato de concessão celebrado entre o Estado e a Águas do Centro, S.A.		
- Concessionário - <b>Águas do Vale do Tejo, S. A.</b>		
- Objeto da concessão - Contrato de Recolha de Efluentes		
- Data de celebração do contrato - 27-10-2009		
- Período da concessão/Fornecimento - 33 anos		
- Natureza da concessão - Nos termos e de acordo com as condições previstas no contrato de concessão celebrado entre o Estado e a Águas do Centro, S.A.		
- Concessionário - <b>E-REDES - Distribuição de Eletricidade, S.A.</b>		
- Objeto da concessão - Distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município do Entroncamento		
- Data de celebração do contrato - 30-07-2001		
- Período da concessão - 20 anos		
- Natureza da concessão - Dec.-Lei n.º 344-B/82, de 01/09, com a redação que lhe foi dada pelo Dec.-Lei n.º 341/90, de 30/10		
- Concessionário - <b>TECNOVIA, S. A.</b>		
- Objeto da concessão - Instalação, Exploração e Manutenção dos Lugares de Estacionamento Através de Parcometros		
- Data de celebração do contrato - 08-01-2008		
- Período da concessão - 18 anos		
- Natureza da concessão - Concurso Publico		
- Concessionário - <b>FIRST RULE, S. A.</b>		
- Objeto da concessão - Exploração da Rede de Fibra Ótica Municipal		
- Data de celebração do contrato - 24-07-2014		
- Período da concessão - 20 anos		
- Natureza da concessão - Concurso Público		
- Concessionário - <b>PLEASANTDEDICATION - LDA.</b>		
- Objeto da concessão - Concessão do uso Privativo do Domínio Publico para Conceção, Construção e Exploração de Crematório no Cemitério do Entroncamento		
- Data de celebração do contrato - 21-08-2018		
- Período da concessão - 30 anos		
- Natureza da concessão - Ajuste Direto (ao abrigo da alínea b) do nº 1 do Art.º 24 do CCP)		
<b>7.11. MECANISMOS DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA E OUTROS PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS A FORNECEDORES</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

a) Sem informação disponível pela DGAL

[1] Anexar no separador "Outros documentos" cópia da ata onde conste a deliberação para fixação do número de vereadores.

[2] Anexar no separador "Outros documentos"

[3] Anexar no separador "Outros documentos" os Estatutos aprovados e demais alterações



## Anexo II – Empréstimos obtidos – empréstimos bancários

